REVISTA RAÍDO

OPEN ACCESS

UFGD

DOI: 10.30612/raido.v19i48.20321

Escrita, ação e autonomia na linguística e na história: um diálogo interdisciplinar sobre os usos sociais da escrita[1]

Writing, action, and autonomy in linguistics and history: an interdisciplinary dialogue on the social uses of writing

Dinah Ribard[2]
E-mail: ribard@ehess.fr

Cristian Imbruniz[3]
E-mail: imbrunizc@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6506-9285

Resumo: Os estudos de letramentos reconhecem que os usos da escrita dependem de contextos, atividades e objetivos específicos. Esse pressuposto fomentou, na investigação da escrita universitária, abordagens etnográficas, fundadas na observação participante. Trabalhos recentes sugerem, contudo, a pertinência de abordagens discursivas no estudo dos letramentos. Nelas, destaca-se o papel da história e da historicidade da escrita, isto é, daquilo que escapa à observação do presente e dos gestos intencionais. Temas caros à reflexão sobre os letramentos são, assim, evocados, como o da não autonomia dos sujeitos e o da performatividade da linguagem. Interdisciplinar, este trabalho recorre aos estudos históricos para abordar a historicidade e a discursividade dos usos sociais da escrita. Em entrevista com Dinah Ribard, pretende-se apresentar uma discussão teórico-conceitual sobre a reflexividade da linguagem na pesquisa histórica, particularmente, sobre escrita, ação e autonomia. Para tanto, percorre-se um caminho em três etapas: (i) os regimes de interdisciplinariedade entre linguística e história; (ii) as relações entre fala e escrita e o problema da intencionalidade; e

---

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processos nº 2020/03993-1 e 2022/13328-3.
2 École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris, França.
3 Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

(iii) o confrontamento da noção de ação de escrita com as de discurso e representação. Dentre as contribuições desta entrevista, destaca-se a proposição de um regime de interdisciplinariedade explícito e sistemático entre história e linguística aplicada.

Palavras-chave: Ação de escrita; letramentos; autonomia; interdisciplinariedade.

Abstract: Studies in literacies acknowledge that the uses of writing depend on specific contexts, activities and purposes. This assumption has fostered, in research on academic writing, ethnographic approaches grounded in participant observation. Recent studies, however, highlight the relevance of discursive approaches in literacy research. These approaches emphasize the role of history and the historicity of writing, that is, elements that elude present-day observation and intentional acts. Core themes in literacy studies are thus evoked, such as the non-autonomy of subjects and the performativity of language. Interdisciplinary in nature, this work draws on the discipline of history to address the historicity and discursivity of the social uses of writing. It aims to present, through an interview with Dinah Ribard, a theoretical and conceptual discussion on the reflexivity of language in historical research, particularly regarding writing, action and autonomy. To this end, the study follows a three-step path: (i) the regimes of interdisciplinarity between linguistics and history; (ii) the relations between speech and writing and the problem of intentionality; and (iii) the confrontation of the notion of writing action with those of discourse and representation. Among the contributions of this interview, the proposal of an explicit and systematic regime of interdisciplinarity between history and applied linguistics stands out.

Keywords: Writing action; literacies autonomy; interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os estudos de letramento se tornaram, a partir dos anos 1980, uma especialidade reconhecida na linguística aplicada (Fiad, 2011). Esse processo de reconhecimento levou à consagração da oposição entre alfabetização e letramento. Em muitos casos, esse processo restringiu, também, as discussões sobre o tema ao campo educacional. As duas tendências são objeto de crítica. Para Geraldi (2014), a oposição entre alfabetização e letramento costuma ser apenas retórica. Isso porque, antes da emergência dos estudos de letramento, a alfabetização não era indiferente às práticas sociais de leitura e de escrita. Tampouco esses estudos passaram a recusar, por sua novidade teórica, práticas de alfabetização consideradas tradicionais. Para Kleiman *et al*. (2024), os letramentos não se restringiriam aos problemas educacionais. Eles integrariam, antes, as diferentes esferas de atividade humana, materializando o encontro entre práticas verbais e extraverbais em situações concretas de uso da linguagem. Daí a possibilidade de investigar letramentos escolares, acadêmico-científicos, profissionais. A consolidação dos estudos de letramento na linguística aplicada foi (e segue sendo), portanto, um campo de disputas teóricas e metodológicas.

Esta entrevista, realizada com a historiadora francesa Dinah Ribard, tem por objetivo destacar uma dessas disputas que, na condição de impensado da teoria (Pêcheux, 2014), costuma escapar às discussões fundadoras e reorganizadoras do campo, como as ilustradas por Geraldi (2014) e Kleiman *et al*. (2024). Trata-se do compromisso dos estudos de letramento com as metodologias etnográficas e com o tempo presente. O diálogo proposto busca, assim, responder a uma questão relevante para o estudo da escrita como uma prática cultural, social e histórica: qual o lugar da história e da historicidade na investigação dos usos da escrita por sujeitos de diferentes tempos e espaços? Sem se propor a repactuar o conceito de letramento ou as convenções da área, a entrevista enseja uma discussão ampla sobre os usos sociais da escrita no passado, enfatizando seu caráter performativo.

Em linguística aplicada, a pergunta sobre o lugar da história e da historicidade na investigação de práticas de escrita não é recente. Nas últimas décadas, pesquisas buscaram contemplar o estatuto complexo dos objetos da disciplina e formular abordagens discursivas para os letramentos, localizando os sujeitos da linguagem e suas práticas em diferentes tempos e espaços (Corrêa, 2008; 2011; 2020; Trombetta, 2021; Imbruniz, 2025). Também nas abordagens etnográficas dos letramentos, a discussão

do caráter sócio-histórico das práticas de escrita sublinhou a necessidade de uma "teorização profunda", capaz de reconhecer a importância das histórias de letramento e da história dos textos (Lillis, 2008; Pasquotte-Vieira, 2015). Por caminhos distintos, esses trabalhos reconhecem o incômodo causado pela falta de um tratamento sistemático e explícito da história e da historicidade no campo. Em seus próprios termos, buscam superar uma distinção epistemologicamente fabricada entre "linguagem" e "contexto" por meio do reconhecimento das relações de alteridades entre os sujeitos, que não se restrigem às situações pragmáticas e ao presente da enunciação (Lillis, 2008).

A tentativa de superar a pretensa separação entre escrita e contexto é central nas pesquisas de Dinah Ribard, que se apresentam como uma história do trabalho intelectual na França moderna. Suas especificidades começam pelos sujeitos históricos investigados, desde filósofos até poetas operários, passando por artesãos de diferentes ofícios. Esses trabalhos se destacam, também, pelo seu investimento de longo prazo em uma abordagem interdisciplinar com a linguística, sobretudo, com a pragmática. Se, no princípio, esse interesse aparecia apenas como reconhecimento das ações de escrita, os trabalhos da última década mostram a busca de um refinamento teórico ainda maior. No campo da história, esse refinamento se manifesta em uma crítica interessada no potencial pragmático das variadas fontes documentais. No campo da linguística, em tentativas de formalização dos atos de escrita.

Os letramentos aparecem em suas pesquisas menos como um conceito operacional do que como um horizonte de diálogo crítico. Esse relativo distanciamento é o ponto de partida para uma discussão que, ao questionar as particularidades teórico-metodológicas do estudo da escrita no passado, pode abrir caminhos para indagações sobre o lugar da história e da historicidade na investigação de práticas letradas dentro e fora da universidade. Isso porque, despido dos compromissos dos estudos aplicados da linguagem, esse relativo distanciamento permite refletir sobre os usos sociais da escrita no passado, particularmente, sua capacidade de agir sobre o mundo e os sujeitos.

Uma reflexão como essa impõe a necessidade de formular teorias e métodos para apreender relações de alteridade em usos da escrita que escapam à observação empírica, à anotação de campo e à entrevista, gestos caros às abordagens etnográficas. O uso social da escrita no passado se apresenta como um registro fragmentário de relações de alteridade, cuja natureza de ruína sublinha sua condição de fenômeno de linguagem, de enunciação e de discurso (Corrêa, 2006; 2011). Se, no presente, a

etnografia se ocupa de relações de alteridade e, munida de uma teorização profunda (Lillis, 2008), busca a natureza fragmentária da observação, da anotação e da entrevista, o fragmento é, quando muito, tudo o que resta ao historiador. Como lembra De Certeau (1982), etnografia e história partilham a mesma busca pela alteridade, confrontando-se com temporalidades próprias. Embora as temporalidades não definam essas duas abordagens, não se pode ignorar que elas impõem desafios específicos, sobretudo metodológicos, para cada uma delas. Nesta entrevista, explorar, do lado da história, esses desafios é um meio de formular a proposição de um regime de interdisciplinariedade explícito e sistemático entre história e linguística aplicada. Em outras palavras, de buscar, na linguística aplicada, um lugar para a histórica como disciplina e para a historicidade como fenômeno social.

A entrevista, realizada em encontros presenciais entre 2024 e 2025, se divide em três partes[4]. Na primeira delas, são discutidos aspectos teóricos e metodológicos das possíveis aproximações entre história e linguística. Na segunda, a discussão se volta para a intencionalidade e para a ação nas práticas de escrita. Na terceira, são apresentados balanços e perspectivas para o futuro.

Questionar as práticas sociais de escrita no tempo e espaço é reconhecer a complexidade do conceito de letramento e seu potencial analítico para além dos problemas educacionais das sociedades do presente. Paradoxalmente, o reconhecimento dessa complexidade pode tornar, pelo distanciamento interdisciplinar, as reflexões sobre os letramentos acadêmico-científicos e seus desdobramentos didático-pedagógicos ainda mais relevantes para os problemas enfrentados hoje na formação superior.

1 HISTÓRIA E LINGUÍSTICA, TEORIA E METODOLOGIA

Cristian Imbruniz (C. I.): Há algum tempo, a linguagem se tornou, explicita e institucionalmente, uma questão para os historiadores. Na trajetória da disciplina, esse movimento de aproximação ficou conhecido como *virada linguística* (Loriga; Re- vel, 2022), Antes e depois desse marco, produziram-se, na história, na linguística e em campos disciplinares correlatos, como a análise do discurso, expectativas parti-

4 A transcrição e a tradução da entrevista para o português são de responsabilidade de Cristian Imbruniz.

culares de aproximação e de modos de incorporação de problemas linguísticos na pesquisa histórica (Robin, 1973; De Certeau, 2008; Guilhaumou, 2007). Ao mesmo tempo, apresentaram-se críticas importantes, que reconheciam, nessas proposições, um suposto apelo ao relativismo cujo resultado seria o abandono dos métodos que, desde o século XIX, caracterizavam as pesquisas em história, como a crítica documental (Loriga; Revel, 2022). Propostas recentes do *Grupo de Pesquisas Interdisciplinares sobre a História do Literário* se apresentam, por outro lado, como respostas aos questionamentos levantados pela dita *virada linguística* (Grihl, 2016), particularmente, pela investigação das ações de escrita. Quais são, hoje, os interesses e os desafios do historiador que se aproxima das teorias linguísticas?

Dinah Ribard (D. R.): Pode-se pensar que a crítica da *virada linguística* já ficou para trás. Mas, recentemente, o livro de Jacques Revel e Sabina Loriga (2022) mostra o contrário. Naturalmente, esse livro é um balanço, mas sua publicação sugere que há algo que ainda está muito presente na pesquisa histórica, seja como risco, advertência ou questionamento. O que me impressionou nesse livro, além disso, é o fato de que são, essencialmente, os trabalhos de historiadores norte-americanos que são mencionados. Norte-americanos, alguns italianos, mas, no fundo, não se fala muito do que ocorreu na França. Esse já é um aspecto.

Os debates suscitados pela *virada linguística* orbitaram, como você disse, em torno da ideia de perda de acesso à realidade por meio das fontes. O interesse no discurso das fontes, nas palavras das fontes, colocou em dúvida o seu caráter informativo e, finalmente, conduziu a um desinteresse por aquilo de que as fontes falavam, isto é, o real, a realidade passada. O que fazemos não se aproxima, em definitivo, dessa abordagem. No Grihl, nos esforçamos para inserir as coisas feitas de palavras, portanto, os escritos, *na* realidade passada da qual eles provêm. Tentamos encontrar fontes ou meios de observação da maneira como os escritos atuam em relação a outras ações dessa realidade passada. É, de fato, um trabalho completamente diferente da abordagem tradicional da virada linguística, porque nossa pergunta não é: “as fontes nos falam alguma coisa, o que podemos fazer com essa informação que elas nos dão?”. Perguntamo-nos, antes, sobre como compreender o fato de que um ou vários indivíduos, ou grupos, dispenderam tempo, tiveram o cuidado de escrever e de colocar esses escritos em circulação. Como compreender essa inserção na situação, nos acontecimentos, naquilo que ocorreu nas relações sociais de sua época. É, portanto,

um trabalho que não trata as fontes como discursos, mas como objetos, como ações materializadas na escrita. Trata-se de um esforço completamente diferente, que permite superar, segundo pensamos, as dificuldades impostas pela *virada linguística*. Não nos preocupamos com o caráter de representação do real dos discursos, mas nos perguntamos sobre a realidade dos objetos feitos de palavras, sobre os resultados de uma operação de escrita e sobre os resultados da sua circulação.

Pode-se dizer que, para isso, respondendo ao restante da sua pergunta, não precisamos de teorias linguísticas. No fundo, é possível afirmar nosso interesse pela materialidade das palavras com um espírito, talvez, filológico ou recorrendo à história do livro, como, de fato, fazemos. Mas, na verdade, nós nos interessamos também pelas teorias linguísticas, porque, a partir do momento que se considera não somente o gesto de escrita, mas a ação de escrever aquilo que efetivamente foi escrito, se entra na questão da ação com as palavras. A partir daí, somos obrigados a nos confrontar com modelos para essa ação, porque penetramos, de fato, nos escritos. Não os observamos unicamente do exterior, entramos neles. Trata-se de observar não apenas o fato de que alguma coisa foi escrita, mas o fato de que essas palavras, e não outras, foram escritas em um acontecimento, em relações. Somos, portanto, obrigados a considerar as diferentes teorizações, particularmente, a teorização de Austin (1962), da ação com a linguagem. É possível dizer que Austin realizou o mesmo gesto que nós, começando por outro ponto de partida. Austin começa se livrando, como ele próprio diz, do fetiche da verdade e, portanto, dos questionamentos sobre a veracidade ou falsidade dos enunciados, querendo saber, antes, como eles agem no mundo. É mais ou menos a mesma operação que realizamos, em termos históricos, tendo como ponto de partida não o abandono de um fetiche, mas a questão da presença dos escritos.

C. I.: Tendo em vista esse modo de aproximação, quais são as possibilidades metodológicas que oferecem caminhos promissores para uma efetiva articulação entre história e linguística?

D. R.: Entre os membros do Grihl, eu sou, sem dúvida, quem mais se interessa pela articulação com a linguística. Pode haver, portanto, diferenças entre nós. Eu penso que a articulação com a linguística oferece ferramentas muito poderosas para a reflexão sobre a ação, para a observação das ações com os escritos, das ações de escrita. Negativa e positivamente. Muitos historiadores que se pretendem pragma-

tistas, por exemplo, vão dizer: “não podemos nos esquecer das fontes, o que observamos agora como fonte não foi, em seu tempo, feito para ser fonte, mas para agir”. Essa é a *virada pragmática*, que afirma que as fontes foram produzidas para fazer alguma coisa, para se inserir nas relações de poder, para dar uma ordem, para fazer uma promessa etc. A partir daí, esses historiadores se apropriam das proposições austinianas, admitindo que, de certo modo, a fonte diz, por si mesma, o que ela faz. Basta lê-la para compreender: se está escrito “faça isso”, então é uma ordem; se há uma promessa, trata-se de uma promessa etc. Considero que a discussão com os linguistas torna o trabalho um pouco mais complicado, porque já não basta observar a fonte. Deve-se verdadeiramente contextualizá-la, isto é, realmente investigar o que havia ao seu redor, ao que ela respondia etc. Nesses casos, a descrição linguística, como a proporcionada pela Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), permite ultrapassar uma compreensão das palavras como elementos codificados e informativos sobre as ações realizadas. As próprias palavras não nos informam, por si sós, sobre as ações que foram realizadas com elas. É preciso encontrar um meio de compreender o papel das palavras nessas ações. A linguística oferece uma metodologia para compreender a contribuição dessas palavras, e não de outras, para as ações que estavam em curso e que são restituídas pela análise histórica. A análise histórica permite formular hipóteses sobre um conjunto de ações contemporâneas entre si. É um trabalho de contextualização, é complexo, pode haver enganos e não é fácil saber onde parar. A articulação com a linguística permite refletir sobre todas as contribuições que os conjuntos de palavras puderam oferecer naquele momento.

O que todos nós compartilhamos é o fato de (e, de certa maneira, isso é realmente um aspecto linguístico) não esquecer a ação que foi a criação dos enunciados escritos, bem como a ação que foi a sua circulação; de não apagar esse momento ao nos convencermos de que podemos compreendê-lo pelas intenções dos atores ou ao reduzi-lo ao impacto, ao efeito que os enunciados escritos tiveram sobre os leitores. É isso que todos nós compartilhamos no Grihl: a ideia de nos aproximarmos do momento de fabricação dos enunciados e de não saltarmos imediatamente para a suposição de que “isso foi escrito para emocionar os leitores, isso foi escrito para provocar tal reação”, porque, nesse caso, geralmente, nos limitamos a repetir o que os próprios atores disseram. Além disso, essa postura suprime, na verdade, as etapas linguísticas, pois passamos diretamente a uma análise retórica, que não é linguística.

2 AÇÃO, ESCRITA E INTENCIONALIDADE

C. I.: Em seus trabalhos recentes, você tem se dedicado às ações realizadas por meio da escrita e em torno dela. Essas pesquisas recorrem a diferentes suportes, como jornais, livros, anúncios publicitários, placas e cartazes, mas também objetos manufaturados, como botas, vasos e lápides. De que modo a performatividade da linguagem e, sobretudo, sua manifestação escrita, permitem a compreensão de problemas históricos e políticos em suportes tão diversos?

D. R.: Para mim, os diferentes suportes são, antes de mais nada, uma maneira de observar a ação (ou, se quisermos, a *agência*) de indivíduos e grupos muito diversos. A ideia é justamente observar como atores sociais variados usam a linguagem e o quanto esse uso é eficaz, o que contrasta com uma certa tradição da história intelectual, ainda bastante centrada nos grandes textos, ou mais amplamente, no texto escrito. Procuro observar a ação entre todos os tipos de atores, inclusive os inesperados e, também, os meios de ação política pouco visíveis em outras circunstâncias. Trata-se, para mim, de uma questão historiográfica importante. O ganho metodológico de considerar a presença de palavras escritas em suportes muito variados está justamente em permitir o encontro com atores sociais, ali onde, à primeira vista, se veria apenas uma massa indiferenciada de pessoas afetadas pela ação política, como se não participassem dela ou só o fizessem passivamente, por meio da crença, da convicção, da adesão ou então como quem apenas sofre as consequências das decisões alheias.

Há um desafio na observação da ação política, particularmente, essa ação política que consiste em interpretar aquilo que está prestes a acontecer, em interpretar ações políticas do poder, por exemplo, ou de agentes do poder, e tentar observar essa participação na vida política de uma grande diversidade de atores. A diversidade de suportes é, portanto, muito relevante para compreender como o poder político, seja ele qual for, é também retraduzido, reinterpretado, admitido (e não somente contestado, mas também admitido), posto em circulação por ações distantes dele, distantes, de fato, do poder político. Eu reconheço que tenho um gosto especial pelos suportes diversos, mas eles permitem ver até onde se faz a política. É por isso que me interessa descobrir a ação política longe do poder. Uma ação política que não seja nem crença nem necessariamente resistência, mas que pode ser também um cálculo, formas de participação diversas na ação política e no poder. Esse é meu objetivo.

Quanto mais as análises se voltam para as pessoas, mais elas se reduzem à dominação ou à resistência. Não há uma terceira possibilidade. A rigor, quando se está no poder, é possível fazer algo. Os populares são, por outro lado, reduzidos à dominação ou à resistência. Ora, há outras coisas. Há outras maneiras de agir que são, também, interessantes de observar, outras maneiras de ser um ator político no seu espaço e de interpretar o que está prestes a acontecer. Acho isso formidável, de não somente postular, mas de se dar meios de observar essa ação política, essa atividade política que atravessa a sociedade. A escrita é, portanto, um meio poderoso de vislumbrar a atividade política, porque não podemos remeter a escrita à emoção ou às circunstâncias do momento, como podemos fazer com a fala. Escrever toma tempo, dá trabalho, não é algo que simplesmente ocorre aos indivíduos.

C. R.: Em diferentes áreas das ciências humanas, o estabelecimento de relações entre fala e escrita constitui um ponto nodal na delimitação de possibilidades e de restrições teóricas e metodológicas para a pesquisa. Na antropologia, essas relações resultaram na chamada grande divisa, que supõe, entre os ditos letrados, capacidades de raciocínio e cognição ausentes nos ditos iletrados, tese posteriormente criticadas pelos trabalhos dos *New Literacy Studies* (Goody, 1977; Street, 2015). Nos estudos da linguagem, supõe-se a existência de um contínuo entre esses dois polos (Biber, 1995), mas também, em outras perspectivas, sua constituição heterogênea, de modo que não haveria separação necessária ou definitiva entre fala e escrita e entre as práticas sociais em que elas estão inseridas (Corrêa, 2004). Em trabalho recente (Carel; Ribard, 2023), você abordou particularidades da escrita na realização de atos de linguagem, distinguindo-a da fala. Se, na fala, gestos de todos os tipos, como os físicos e os verbais, poderiam ser semantizados, na escrita, somente os gestos verbais poderiam ser objeto do mesmo processo de semantização. Quais são, no campo da história, as relações possíveis entre fala e escrita e quais são seus desdobramentos teóricos e metodológicos no trabalho do pesquisador?

D.R.: De maneira geral, diria que, a partir do momento em que se trabalha com uma história mais remota, só restam os escritos. Essa foi uma demanda constante da historiografia: tentar se aproximar da oralidade, o que permanece sendo uma via de análise. Há colegas que pesquisam traços de oralidade na escrita. Eu diria que o fato de trabalhar como historiadora, com escritos, também me deixa atenta a questões que podem ser postas à fala e que não necessariamente colocamos a ela, porque não são essas questões que serão determinantes. Acredito que a questão da duração, do

caráter vinculante de um enunciado uma vez que emitido, não é muito colocada à fala, ao passo que, nos escritos, somos quase obrigados a nos confrontar com ela.

A escrita tem uma particularidade, inesperada em relação à fala: ela pode ser modificada. Ao contrário do que geralmente se pensa, a fala, não. Ela desaparece e, por isso, seria menos sólida. Por desaparecer, a fala não é modificável. Aquilo que foi dito está dito. É possível mentir, é claro. No entanto, aquilo que foi dito está dito. Como se pode ver em muitos casos, a reescrita e as várias modificações permitem que, por ser escrito, um objeto seja transformado. A questão, por exemplo, da duração, da repetição, que são muito importantes para a escrita, podem ter repercussões metodológicas na fala. A inserção de escritos em outros conjuntos de escritos é uma problemática mais forte no estudo desses objetos do que no estudo da fala. Essa é uma dimensão mais conversacional do fenômeno. Naturalmente, há pesquisadores que trabalham com isso, mas creio que, talvez, em pequena escala. Os que atuam na análise da conversação permanecem focados nas trocas imediatas, sem se deterem, ao que me parece, na organização mais ampla da situação ou na contextualização dos enunciados em relação a outros enunciados. Estão perto, nunca distantes. Com a escrita, somos obrigados a observar um pouco mais longe. Essa preocupação poderia ser estendida à fala, à oralidade.

Em todo caso, acho que, ao trabalhar com a escrita como ação, nos livramos da pesquisa sobre a oralidade perdida, porque esse não é o problema. A questão é, finalmente, o modo como as palavras que, por terem sido escritas e restarem de uma interação, de um conjunto de ações, reconfiguram esse mesmo conjunto. A pergunta permanece, por outro lado, a mesma para a fala. É claro que agir por meio da escrita tem suas particularidades, sobretudo, essa característica de ser, ao mesmo tempo, durável e modificável. Na fala, o que é dito é definitivo, não se pode modificar. Além disso, se interessar pela escrita é importante para a fala, para as análises linguísticas da fala. Isso porque, na escrita, há muitas coisas que não se podem considerar como fenômenos da ordem do erro devido a idiossincrasias do falante, das circunstâncias, dos ruídos que podem restringir certas análises sobre a fala. Na escrita, somos obrigados a reconhecer que algo foi escrito e preservado, isto é, que cada palavra está onde deveria estar. Mesmo que não saibamos qual intenção presidiu o conjunto de palavras que foi enunciado, sabemos que houve uma intenção. Não é fortuito. As palavras foram escolhidas. Na escrita, temos certeza de que as palavras foram escolhidas. Isso também é relevante para compreender a importância da atividade locutória, enfim, dar tanta importância quanto possível para a atividade locutória.

C. I.: A intencionalidade, junto com as convenções sociais e linguísticas, constitui um pilar para as abordagens analíticas das ações de linguagem (Austin, 1962). Em trabalhos mais antigos (Ribard, 2005), você reconhecia apenas uma autonomia relativa de ação de certos atores diante das instituições de que eles faziam parte, restringindo, pois, a relevância das estratégias individuais. Em trabalho mais recente, você voltou a questionar a intencionalidade como categoria da pesquisa histórica, uma vez que, ao historiador, interessaria mais o fato do que a intenção (Carel; Ribard, 2023). Essa advertência aparece, também, em obra coletiva com outros pesquisadores do Grihl, na qual se reconhece que as alternativas ao recurso da intencionalidade, na análise histórica, não são óbvias, mas necessárias (Grihl, 2016). Quais são as limitações, para a pesquisa, da consideração da intencionalidade dos sujeitos históricos e, na sua pesquisa atual, como você trata dessa questão?

D. R.: Há dois planos para considerar. De um lado, a intencionalidade como ferramenta de análise de ações de linguagem ou, mais exatamente, como elemento das análises da ação com a linguagem. De outro, a intencionalidade presente nas análises inspiradas pela sociologia, em estudos sobre a autonomia dos atores, dos indivíduos ou de sua dependência em relação às estruturas sociais. A intencionalidade intervém nos dois tipos de questionamentos. Eu acredito que a sua questão aborda os dois tipos e nós trabalhamos também com os dois. Nós nos ocupamos das ações. Não analisamos ações feitas por acaso ou sem querer, tampouco questionamos a presença da intencionalidade. As ações realizadas por meio da escrita são, sem dúvida, intencionais, ao contrário de certos gestos ou presenças fortuitas em determinado lugar e momento. É comum, por exemplo, haver mistura de intencionalidades em situações de coação. A pesquisa pode abordá-la como uma ambiguidade: alguém escreve sob coação, ou porque foi forçado de algum modo. Nesses casos, coexistem diferentes formas de intencionalidade. Por outro lado, é inegável que, quando se lê um escrito, ele foi produzido por quem o redigiu ou por alguém que o mandou escrever, ou pelos dois juntos. Os movimentos, os gestos do corpo, as presenças e as ausências, não podemos ter certeza de que eles foram intencionais. Quando estamos diante de um escrito, temos certeza de que ele foi intencional. Essa certeza, porém, não revela qual era a intenção e é aí que nossa análise se detém. É uma suspensão metodológica, isto é, acreditamos que não podemos conhecer essas intenções e, sobretudo, que, quando acreditamos poder conhecê-las, é porque vamos buscá-la nas fontes, no indivíduo ou em qualquer outro ator que comente a ação e diga: “essa foi a intenção”. Na verdade, essa é outra ação. Nosso recuo é metodológico: evitamos recorrer a infor-

mações fornecidas por esse mesmo ator em outros momentos, ou por terceiros, em forma de comentário. Usamos, sim, essas informações, mas elas não esclarecem as intenções contidas no escrito. Portanto, não duvidamos da existência de intencionalidade, o que é fundamental. O escrito nos obriga a considerar que houve intencionalidade e, além disso, uma intencionalidade pode estar condicionada à obediência, mas permite pequenos movimentos, porque a escrita permite sutis alterações naquilo que se é obrigado a fazer. É isso que nos interessa. Houve intencionalidade, houve ação. Mas nossa proposta analítica busca, sobretudo, descrever a ação, e evita substituí-la por supostas intenções, seja a partir de fontes, que são outras ações, seja a partir de uma verossimilhança psicológica ou moral (a ideia de que os homens do passado eram dessa ou daquela forma). Em resumo, não recorrendo ao que não podemos conhecer.

Por outro lado, supomos que uma ação nos diz, ela mesma, tudo o que precisamos saber sobre suas intenções, isto é, ela se realizou em tal lugar, com tais atores, em tal data, em relação a outras coisas. Nesse ponto, nos aproximamos da história pragmática. A descrição da ação e de suas relações é suficiente para que a compreendamos. Essa abordagem evita recorrer a subjetividades psicológicas (ou, pior, culturais) que só conhecemos por transmissões discursivas vagas. Trata-se, efetivamente, de tentar se aproximar o máximo do que aconteceu. Eu jamais apontaria uma intenção em uma ação. Não tenho como saber e jamais vou saber. É preciso parar naquilo que não podemos conhecer. Eventualmente, esse ator pôde escrever muitas coisas dizendo: “foi isso que quis fazer”. É algo curioso comentar as próprias palavras e ações. Fazemos isso o tempo todo, é claro, mas, ainda assim, é curioso. Isso mostra que as intenções não são capturáveis. É possível dizer uma coisa e fazer outra. Não porque estejamos “possuídos” ou algo do tipo, mas porque, na situação, percebemos que fizemos algo diferente do que imaginávamos fazer. É muito importante reconhecer essa possibilidade, ou seja, reconhecer que é o encadeamento das ações que captura o que foi feito, e não a intenção psicológica.

É possível, mesmo com um performativo explícito, fazer uma coisa diferente da que foi dita. Fazer outra coisa que não seja mentir, porque, geralmente, a única possibilidade aberta para discussão é a sinceridade da pessoa que fala. Há, com efeito, várias coisas que podemos fazer com um performativo explícito e que não são descritas pelo enunciado. Não porque algo tenha saído do controle ou dado errado. Na hora, fazemos outra coisa. Para mim, é muito importante contemplar, na teorização,

essa flexibilidade do instrumento linguístico, que é fundamental. É porque se pode fazer várias coisas com as mesmas palavras, inclusive com os performativos explícitos, que se pode fazer tanta coisa com a linguagem. Ao dar uma ordem, é possível, por exemplo, apenas enunciar essa ordem, sem a intenção de que ela seja necessariamente obedecida. Não se trata necessariamente de iniciar uma ação, mas de fazer surgir uma ordem numa situação em que somos o líder ou na qual pretendemos ser o líder. Há também o riso ou todas essas coisas importantes na história e na vida social, as palavras que surgem apenas como um engodo, uma piada, não necessariamente voluntárias, mas para ocupar o espaço. Esperamos respostas, faladas ou escritas, dos outros, porque há uma conversa, inclusive nos enunciados usando os performativos explícitos, como os justificativos. Podemos nos livrar das expectativas com as palavras. Mesmo quando há coação sobre o momento de tomar a palavra, ainda é possível se esquivar de certas imposições.

Nessa reflexão, trabalha a relação entre locutório e perlocutório. Aquilo que tomamos como perlocutório é, frequentemente, a intencionalidade, porque o enunciado se apresenta, por exemplo, como buscando persuadir, como sendo uma demonstração, então, afirmamos que o efeito perlocutório era persuasivo e, portanto, persuadiu as pessoas. Esse é, efetivamente, um problema difícil. Escapamos dele com alternativas de ordem cultural ou, novamente, psicológica. Muitas vezes, um pensamento de classe. Afirmamos, por exemplo, que certo discurso, certo escrito se dirige a determinada categoria social, supostamente mais facilmente persuadida. É algo fortemente ligado à representação que o pesquisador ou a pesquisadora tem da capacidade das pessoas de se deixar persuadir ou se emocionar. As mulheres são, por exemplo, mais emotivas e as classes populares fazem que lhes é pedido: esse tipo de representação é bastante frequente nas análises.

3 BALANÇOS E PERSPECTIVAS

C. I.: Nas últimas perguntas, discutimos, a partir de alguns problemas teóricos e metodológicos, a natureza das ações e, particularmente, das ações de escrita em um regime de interdisciplinariedade entre linguística e história. Em vez de pedir uma definição de ação de escrita, tomada como resultado de um percurso de trabalho, gostaria de saber como você percebe as diferenças e, também, as semelhanças entre a

abordagem dos problemas históricos e linguísticos por meio das ações e por meio de outros conceitos-chave, como, por exemplo, o de *representação* (Chartier, 1990) e o de *discurso* (Pêcheux, 2014).

D. R.: Falamos, de uma forma ou de outra, em termos de ação. Isso quer dizer que não usamos nem *representação* nem *discurso.* É algo que precisa ser dito, principalmente no Brasil, onde essas questões são bastante presentes. Talvez se possa falar em *ação de representação*: alguns de nós também se interessam pelo fato de que a ação de escrita produz representações. Por outro lado, não usamos *discurso* quase nunca. Há uma maneira importante de refletir sobre o discurso, dos trabalhos de Pêcheux, Maingueneau ou, no Canadá, de Angenot. Essas análises de discurso trabalham com massas de discursos, ou seja, postulam que os discursos têm um valor analítico na medida em que são numerosos, reconhecidos, dominantes em uma época. Eles têm valor na medida em que podem ser considerados como representativos de um tempo, de uma sociedade, de um período, de um lugar. É muito diferente da nossa maneira de ver, porque, ao investigar as ações, trabalhamos em uma escala menor, enfim, uma escala micro. Particularmente, desconfiamos da possibilidade de pensar que um discurso seja dominante. É algo, geralmente, muito difícil de afirmar. Não é porque havia muitos textos convergentes que um discurso dominava. Ao começarmos a observar as ações, percebemos, por exemplo, que, quando muitos textos se parecem, eles foram apenas copiados. Portanto, esse fato não indica que o discurso era dominante, mas que as pessoas copiaram o mesmo discurso. Nesse caso, podemos empregar “discurso”, mas, quando se usa o termo, escapamos dessas atividades de produção de escrita, que são muito concretas, em contextos bastante precisos, para atender a finalidades específicas. O discurso sempre escapa a essa precisão, porque ele aponta para aquilo que era a maneira de pensar de uma sociedade. Não observamos as maneiras de pensar, mas as operações. É possível pôr nesses termos. Com isso, nos tornamos particularmente sensíveis à própria fabricação de textos que se parecem uns com os outros, mas que têm razões para se parecer, seja porque eles foram copiados, seja porque eles foram feitos por pessoas que estavam, de fato, muito próximas uma das outras. Lidamos com os nós da escrita, que se entrelaçaram e dialogaram entre si. Não com os nós do discurso. Não podemos inferir, a partir da existência desses escritos, que havia um discurso.

Agora, as representações… O problema é passar imediatamente das representações produzidas às representações presentes na cabeça das pessoas. Em outras

palavras, o problema é que a história das representações usa, de maneira informativa, fontes e documentos, com a suposição de que existe uma representação escrita. Essa seria, então, a representação pensada. Raramente temos os meios de afirmar isso (acredito que não temos). Nossa operação analítica consiste em não ultrapassar a presença das palavras. A análise do discurso também faz isso, na medida em que pretende falar das palavras. A análise das representações desconsidera que as palavras estão lá, que somente elas foram conservadas. Esquece, assim, que as palavras foram escritas em algum lugar, que foram impressas por determinadas pessoas, respondendo a outras pessoas. Nós nos detemos, então, nessa etapa, que é negligenciada pela análise do discurso ou das representações. Essas análises se restringem, por exemplo, a que os discursos dizem, a que as representações mostram de um imaginário. O que também nos chama atenção é o fato de trabalharmos com períodos um pouco distantes, dos quais restam, sim, escritos semelhantes, porque restam poucos escritos em geral. Eles foram produzidos por pessoas que tinham interesse em redigir textos semelhantes, interesses que podemos identificar e analisar.

Em certa medida, nossa proposta se confronta, também, com aquelas alinhadas às de Judith Butler. Nessas análises, os discursos não representam o real, mas criam a realidade. Essa realidade, proveniente do discurso, se parece, no entanto, com o discurso. Em outras palavras, o discurso codifica totalmente a realidade. Na perspectiva da lógica clássica, um enunciado é verdadeiro ou falso se ele se reporta ao mundo. Na perspectiva de Butler, os enunciados não são verdadeiros ou falsos, eles criam a realidade, que deve corresponder a eles. É uma inversão completa, mas que chega ao mesmo resultado, isto é, a representação. O escrito, as palavras, os enunciados representam a realidade, seja ao representá-la de fato, seja ao criá-la. Nesse tipo de abordagem, não há, também, nenhum espaço entre o que é dito e o que acontece. Para compreender, basta ler ou ouvir, as palavras dizem tudo o que há para saber. Há alguma gestualidade, não são apenas palavras, mas isso não faz diferença. Isso é magia. A certa altura, se apresenta um impasse: ou você crê na magia das palavras ou há uma incoerência.

Eu acredito que nosso trabalho com as ações pode, de fato, dialogar com as análises de representação, porque o que realmente importa é a questão da produção das representações. A análise da produção das representações se opõe a propostas muito fechadas, muito intencionais. Nosso esforço para nos concentrar nas ações de escrita abre a possibilidade de trabalhar com ações que buscam criar representações.

Também podemos nos interessar pela circulação dos discursos, como ação. Não estamos entre esses dois campos de pesquisa (discurso e representação), porque essa é uma posição instável. Estamos em outro lugar e, de fato, acredito que isso permite intervir também em questões sobre como circulam os discursos. Há atores que são profissionais da circulação dos discursos, que trabalham muito sobre o fato de que o discurso se manifesta de modo perceptível. São ofícios ou profissões sobre as quais podemos fazer estudos nos termos de nossa proposta.

C. I.: Quais as perspectivas de trabalho que o tipo de pesquisa realizada por você, bem como pelos demais pesquisadores que compõem o Grihl, podem abrir para outros países?

D. R.: Nosso objetivo tem algo de uma ambição mais ampla, quase universal. Em outras palavras, acreditamos que o método com o qual trabalhamos é bom e que seria possível apresentar as mesmas questões, ou questões transformadas, melhoradas, em outras situações, contextos e conjuntos documentais. Como esse esforço demanda um verdadeiro trabalho de erudição historiográfica, é preciso fazê-lo com conhecimento sólido dessas situações. Por isso, a maior parte de nós estuda a França, mas o que descobrimos não é próprio à França. É uma maneira de fazer perguntas, de observar as coisas que poderia funcionar muito bem para outros países. Especialmente para países, como o Brasil ou na América do Sul em geral, onde há um interesse metodológico em observar a intervenção tardia do impresso em uma paisagem onde havia muitos escritos manuscritos, onde houve, por muito tempo, trabalho com manuscritos.

Você observa, de maneira muito direta, a ação com a escrita em seu trabalho. Trata-se de observar, em situações políticas diversas, a escrita sobre a aprendizagem da língua. Você tematiza, como ação política na sociedade brasileira de grande parte do século XX, o ato *escrever sobre a aprendizagem da língua* (Imbruniz, 2025a). A partir do momento que nos restringimos a observar o que vemos, e apenas o que vemos, unicamente as observações que podemos reunir, estamos, então, diante de um trabalho sobre a ação de escrita. Nós desejamos muito que nosso trabalho dialogue com pesquisadores e pesquisadoras de outros campos, nos quais aparecerão outras questões que não são as nossas, questões que não pudemos ver com no contexto francês ou europeu. Nossos questionamentos se enriqueceram com o tempo e esses novos encontros os enriquecerão ainda mais: encontros com pesquisas em países vastos, onde a questão da circulação da escrita é diferente da francesa, onde a ques-

tão do posicionamento em relação à Europa é, naturalmente, específica, onde a questão da diferença de línguas (que existe também na França) é bastante forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação não é estranha aos estudos de letramento. Pelo contrário, reconhece-se que, na condição de uso prático e simbólico da fala e da escrita, os letramentos são uma instância de produção de sentido e de realização de ações (Garcez, 2019). Em outras palavras, os sujeitos, quando usam a fala ou a escrita em situações sociais específicas, produzem sentido pela linguagem e, ao mesmo tempo, participam de uma ação coletiva, regida por convenções sociais e arranjos sócio-históricos particulares. Em abordagens etnográficas e discursivas, a tarefa do pesquisador é, pois, investigar esses modos de produção de sentido e essas redes de ação instauradas nos eventos de letramento.

Sob essa perspectiva, a presente entrevista se apresentou como um convite a um diálogo interdisciplinar sobre temas, teorias e métodos. Embora compartilhados pelos estudos da linguagem e pela história, esses temas, teorias e métodos nem sempre são justapostos e debatidos em suas especificidades. As reflexões sobre escrita, ação e autonomia deste trabalho se orientaram, assim, por uma tentativa de estabelecer pontos de contato e de diferença, capazes de suscitar, no pano de fundo da discussão teórica, novas possibilidades de compreensão para os estudos de letramento, particularmente, os acadêmico-científicos.

Ao abordar seu interesse por suportes diversos de escrita, seu compromissos teóricos e suas apostas metodológicas, Dinah Ribard sugeriu, na condição de quem fala de outro campo disciplinar, perspectivas para os estudos de letramentos acadêmico-científicos. Resta, como tarefa do linguista, apreender, de maneira matizada, essas perspectivas.

Documentos diversos, em suportes igualmente variados, capturam diferentes modos de agir na política e na sociedade. São esses mesmos documentos e suportes que podem subsidiar uma história das práticas de letramento acadêmico-científico no Brasil, capaz de se confrontar com a formação hesitante e tardia do sistema universitário. Se os documentos são poucos, fragmentários e heterogêneos, não faltam cami-

nhos metodológicos para abordar seu caráter de ação. Essas ações estão nas relações entre enunciados e, também, entre enunciados e ações extraverbais. Os limites encontrados nos conceitos de discurso e de representação são, também, um convite para refletir sobre a historicidade das práticas de letramento acadêmico-científico, a serem buscadas na fabricação dos próprios objetos escritos e na escrita fazendo a si mesma. Os questionamentos sobre as relações entre fala e escrita e sobre a intencionalidade das ações de escrita cumprem papel semelhante, destacando o potencial explicativo dos próprios objetos escritos e de suas finalidades pragmáticas. No passado ou no presente, esses problemas se impõem com desafio do método e da teoria para o pesquisador interessado em práticas que não se reduzem a sua manifestação circunstancial e empírica em tempos e espaços específicos.

Os temas de escrita, ação e autonomia restituem, no percurso desta entrevista, uma pergunta a todos aqueles interessados nos usos sociais da escrita: qual lugar reservar a impossibilidades, incômodos e desarranjos suscitados pela incerteza sobre o passado e pela sua presença insidiosa no presente? Mais do que respostas ou soluções, este trabalho pretendeu formular essa questão, retirando-lhe do silêncio capaz de, à revelia do trabalho de pesquisa, determinar temas, teorias e métodos (De Certeau, 1982).

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.

CAREL, M.; RIBARD, D. Gestes et actions avec les mots. *Linguistique de l'écrit*, n. 3, p. 331-354. DOI: https://doi.org/10.19079/lde.2022.s3.11. Acesso em: 20 out. 2025.

CORRÊA, M. As perspectivas etnográfica e discursiva no ensino de escrita: o exemplo de textos pré-universitários. *Revista da Abralin*, v. 10, n. 4, p. 333-356, 2011. Disponível em: https://bit.ly/44n54of. Acesso em: 20 out. 2025.

CORRÊA, M. Letramentos em perspectiva histórica: do império da escrita aos sonhos do pós-pandemia. *Muiraquitã*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2020. DOI: https://doi.org/10.29327/210932.1.1-2. Acesso em: 20 out. 2025.

CORRÊA, M. O estatuto da lingüística aplicada no campo das ciências da linguagem e o ensino da escrita. *Revista da Abralin*, v. 7, n. 1, p. 227-255, 2008. Disponível em: https://bit.ly/46JsIem. Acesso em 20 out. 2025.

CORRÊA, M. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2024.

CORRÊA, M. Relações intergenéricas na análise indiciária de textos escritos. *Trab. Ling. Aplic.*, v. 45, n. 2, p. 205-224. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-18132006000200004. Acesso em: 20 out. 2025.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1990. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010. Acesso em: 20 out. 2025.

DE CERTEAU, M. A operação historiográfica. *In*: DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p 65-122.

FIAD, R. A escrita na universidade. *Revista da Abralin*, v. 10, n. 4, p. 357-369, 2011. Disponível em: https://tinyurl.com/3hbjy5sk. Acesso em: 20 out. 2025.

GARCEZ, P. Conceitos de letramento e a formação de professores de línguas. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 49, p. 12-25, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.18309/anp.v1i49.1299. Acesso em: 20 out. 2025.

GERALDI, J. W. A produção dos diferentes letramentos. *Bakhtiniana*, n. 9, v. 2, p. 25-34, 2014. Disponível em: http://bit.ly/3GgdohM. Acesso em: 20 out. 2025.

GOODY, J. *The domestication of the savege mind*. Cambridge: Cambridge Univ.Press, 1977.

GRIHL. Écriture *et action* : XVIIe-XIXe siècle, une enquête collective. Paris: EHESS, 2016.

GUILHAUMOU, J. L'analyse de discours du côté de l'histoire: une démarche interprétative. *Langage et société*, v. 121-122, 2007 177-187. DOI: https://doi.org/10.3917/ls.121.0177. Acesso em: 20 out. 2025.

IMBRUNIZ, C. O itinerário de um fracasso editorial: as adaptações de Português no Colégio (1976-1980). *Trab. Ling. Apl.*, v. 64, e025053, 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/01031813v64120258676812. Acesso em: 20 out. 2025.

IMBRUNIZ, C. *O mercado editorial no ensino secundário e o livro didático de português*. 2025. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025a. DOI: https://doi.org/10.11606/T.8.2025.tde-03102025-152729. Acesso em: 20 out. 2025.

KLEIMAN, A.; VIANNA, C.; SITO, L.; VALESCHI, M.; DE GRANDE, P. O conceito de letramento na produção científica brasileira: retorno às origens, discussões para o futuro. Trab. Ling. Aplic., n. 63, v. 1, p. 240-254, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/01031813v63120248676257. Acesso em: 20 out. 2025.

LILLIS, T. Ethnography as method, methodology, and "deep theorizing": closing the gap between text and context in academic writing research. *Writting communication*, v. 25, n. 3, p. 353-388, 2008. DOI: https://doi.org/10.1177/0741088308319229. Acesso em: 20 out. 2025.

LORIGA, S.; REVEL, J. *Une histoire inquiète*: les historiens et le tournant linguistique. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2022.

PASQUOTTE-VIEIRA, E. A. Letramentos acadêmicos: a aliança entre linguística e etnografia. *Est. Ling.*, v. 44, n. 2, p. 695-710, 2015. Disponível em: https://bit.ly/4nylweq. Acesso em: 20 out. 2025.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2014.

RIBARD, D. Pratique(s) jésuite(s) de l'écrit : le P. Tournemine, les Mémoroires de Trévoux et Fénelon. *Dix-septième siècle*, n. 228, p. 513-526, 2005. DOI: https://doi.org/10.3917/dss.053.0513. Acesso em: 20 out. 2025.

ROBIN, R. *Linguistique et histoire*. Paris: Armand Collin, 1973.

STREET, B. *Letramentos sociais*: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola, 2015.

TROMBETTA, V. Letramentos e perspectiva discursiva dialógica: possibilidade de se observar a história de letramentos em textos escritos. *Revista da Abralin*, v. 20, n. 3, p. 1202-1218, 2021. DOI: https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1883. Acesso em: 20 out. 2025.